



Assembleia dia 25 discute próximos passos da luta unificada

Atividade acontecerá no CB, a partir do meio-dia, e terá informes do lançamento da Frente Parlamentar lançada hoje na Alesp e detalhamento das discussões no Fórum das Seis.

O difícil momento político e econômico no qual o país se encontra evidencia a necessidade de intensificar o enfrentamento ao arrocho salarial e lutar mais dura e unificadamente por melhores condições de trabalho.

Compreendendo este quadro, a reunião de ontem do Fórum das Seis acatou a proposta de concentrar a realização de atividades durante as reuniões com o Conselho

de Reitores no interior da Unicamp. Um ofício será encaminhado hoje ao Cruesp propondo que a primeira reunião de negociação (dia 27) já aconteça em Campinas.

Em relação à proposta de realização de um dia de paralisação já no dia 27 foi avaliado pelas demais entidades que o indicativo seja adiado para data futura, a fim de viabilizar a construção da mobilização nas assembleias de base.

O Sintusp já tem indicada uma paralisação no dia 5 (em virtude do despejo do sindicato por parte da reitoria da USP). E a data deve ser debatida, assim como outras propostas, nas assembleias desta semana.

No dia 27 o Fórum volta a se reunir, antes e depois da negociação com o Cruesp, para debater os próximos passos da campanha salarial deste ano.

AGENDA

Assembleia Geral

25/4

12 horas

(local a confirmar)

Em pauta:

Campanha Salarial Unificada e Definição da Pauta Específica Unicamp

Alesp lança hoje Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas

Uma comissão de representantes do STU estará presente no lançamento da Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas do Estado de São Paulo, que acontece a partir das 9 horas de hoje (19) na Alesp (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo).

Com três anos de duração e coordenada pelo Deputado Carlos Neder (PT), a Frente será espaço para articulação das pautas dos movimentos da área da educação comprometidos com a luta pelos 11,57% do ICMS para as universidades paulistas, adequando o financiamento ao cresci-

mento havido nesses 21 anos de congelamento dos repasses em 9,57% do imposto. Bem como debater a necessidade de abertura de novas contratações por concurso público e políticas para frear a privatização e terceirização que hoje sugam recursos públicos para a iniciativa privada e precarizar condições de trabalho. Entre outras reivindicações.

A coordenação do Fórum das Seis decidiu na reunião ocorrida ontem apresentar aos parlamentares um documento com as principais demandas das categorias e dos estudantes em defesa da Unicamp, USP e Unesp.

Mobilização do dia 14 denunciou PLP257/16 e retomou cobrança da isonomia

Trabalhadores de diversos setores participaram das atividades do dia 14 (Dia Nacional de Luta contra o PLP 257/16 e, na Unicamp, pela isonomia imediata dos pisos salariais com a USP).

Logo após o café da manhã, um ato em frente à reitoria denunciou o projeto de lei apresentado ao Congresso Nacional pela Presidência da República, que embute vários ataques ao funcionalismo e aos serviços públicos para aprofundar o “ajuste fiscal” (o PLP 257/16).

Reitoria enrola retomada da isonomia

A manifestação também cobrou a integralização imediata do processo de retomada da isonomia dos pisos salariais com a USP, quebrada em 2011 depois de vinte anos.

Durante a eleição para reitor, Tadeu prometeu por escrito em seu programa efetivar a isonomia salarial com a USP em dois anos (prazo extinto em 19 de abril do ano passado). Em sabatina promovida pelo STU, Adunicamp e DCE, o atual reitor chegou a afirmar que a quebra da isonomia foi expressão de que “faltou vontade política e prioridade para isso. Ao nosso ver, a USP elegeu a valorização dos seus funcionários como uma prioridade da Universidade e a Unicamp não tinha essa prioridade”. Parece que continua faltando vontade política e que a Unicamp continua não tendo entre as suas prioridades a valorização profissional. Além do atraso na isonomia, há dois anos não acontecem avaliações para progressão na carreira.

Em reunião com o chefe de gabinete do reitor, Paulo César Montagner, foi rerepresentada a cobrança da efetiva negociação da isonomia e do compromisso de que, independente do índice a que se chegasse no ano passado em relação à arrecadação estadual, esse

debate seria retomado, o que não ocorreu.

Também foi questionado o fato da Universidade não enfrentar a irregularidade declarada pelo Supremo Tribunal Federal das duplas matrículas e pagamento de vencimentos acima do teto constitucional (R\$ 21.631,05). Além do fato de não ter sido realizada até o momento a reunião com a qual

a reitoria se comprometeu a realizar no ano passado após o fechamento do ano fiscal de 2015, a fim de debater que avanços seriam possíveis com base na arrecadação estadual do ano passado.

Paulo César informou que a Universidade estaria fazendo cálculos, que o tema será tratado na reunião com o Cruesp no próximo dia 27 e também em reunião com o STU ainda sem data.



Foto: Leon Cunha



Manifestação contra o PLP 257/16 e reunião onde comissão cobrou da reitoria a efetiva implantação da isonomia, atrasada há um ano.

Principais ataques contidos no PLP 257/16

O projeto de lei complementar (PLP) 257/16 traz uma série de ataques ao funcionalismo público federal, estadual e municipal. Confira abaixo os principais retrocessos embutidos no projeto como condições para o refinanciamento de dívidas e aportes da União aos estados e municípios. No processo de mobilização do dia 24, em reunião com as entidades convocantes, o ministro Ricardo Berzoini se comprometeu em nome do governo a retirar a urgência do PLP no Congresso e rediscutir a questão do refinanciamento das dívidas dos estados. As entidades cobram a retirada de todas as propostas que impliquem ataques aos trabalhadores. Entre elas:

- Vedação da concessão de vantagem, aumento, reajustes ou adequação de remunerações;
- Suspensão de contratação de pessoal;
- Redução em 10% da despesa mensal com cargos de livre provimento, considerado o gasto de junho de 2014, e limitação de benefícios, progressões e vantagens;
- Instituição do regime de previdência complementar (privada);
- Elevação das alíquotas de contribuição previdenciária para 14%, no mínimo;
- Redução em 20% da despesa mensal com cargos de livre provimento, em comparação com junho/2014.

Situação do país é de ataques a direitos

Debate realizado no Dia Nacional de Lutas apontou necessidade de organização e luta

Além da paralisação e da cobrança à reitoria, entre as atividades do Dia Nacional de Luta na Unicamp houve também um debate, realizado na Praça da Paz, sobre as consequências do PLP 257/16 para os servidores e serviços públicos em todas as esferas (federal, estadual e municipal) e sobre a situação política do país.

Apesar opiniões diferentes sobre os desdobramentos da crise política e econômica em que o país está inserido, os participantes da atividade foram unânimes em avaliar que será necessária muita discussão política nos locais de trabalho e muita organização para barrar os ataques que estão na pauta do governo e do Congresso.



Foto: Leon Cunha

Servidores debatem situação do país e ataques do PLP 257/16

NACIONAL

STU reafirma compromisso com a democracia e contra o golpe

No último domingo (17), sob condução do presidente da Câmara e réu na Operação Lava Jato, deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ), foi admitida por 367 votos a abertura de processo de impeachment contra a presidenta Dilma. A decisão foi encaminhada ainda ontem por Cunha para apreciação do Senado Federal.

Caso a comissão especial que será criada hoje no Senado acate o resultado da Câmara, será aberto efetivamente o processo (a comissão tem dez dias para decidir). Aí a presidenta é afastada por 180 dias e o vice, Michel Temer (PMDB/SP), assumiria interinamente o cargo. Somente após a tramitação na Comissão do Senado a decisão definitiva do processo acontece, em uma sessão sob a presidência do ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski.

Já no XIII Congresso, os trabalhadores da Unicamp se manifestaram contra esse processo de impeachment, pois além de não ser fundamentado em nenhum crime da presidente, ainda está sendo conduzido por um Congresso de

maioria de corruptos que respondem a processos, principalmente Eduardo Cunha.

A sessão que aprovou o início do golpe no domingo evidenciou o caráter reacionário da maioria dos parlamentares que votaram pelo impeachment, fortalecendo a ideia de que um futuro governo Temer é um pacto para aprofundar as privatizações e liquidar direi-

tos trabalhistas e sociais.

Duas organizações que promoveram as manifestações contra o golpe (as frentes Brasil Popular e Povo sem medo) já apontam um calendário de mobilizações para barrar o golpe e qualquer perspectiva de retrocesso nos direitos. O STU acompanha esses desdobramentos e indica que esse enfrentamento já passe pelo calendário do 1º de maio.

Ato em Brasília durante a votação da admissibilidade do impeachment (17/4).



Foto: Fábio Pozzobom/Agência Brasil

Assembleia dia 25/4 aprovará pauta específica

Atividade acontecerá no CB, a partir do meio-dia, com informes da Frente Parlamentar lançada hoje na Alesp e detalhamento das discussões no Fórum das Seis.

Na Unicamp já vemos os impactos do grave cenário político e econômico do país com o atraso da isonomia, a suspensão de concursos, os recentes anúncios feitos pela Funcamp de cortes e possibilidade de demissões futuras.

Para organizar o enfrenta-

- ▶ Implementação da isonomia já;
- ▶ Implementação das 30 horas para todos os trabalhadores da saúde, com dimensionamento democrático dos quadros;
- ▶ Garantia de mais vagas nas creches para os filhos dos funcionários técnico-administrativos, docentes, estudantes e trabalhadores das empresas terceirizadas, de modo a atender a demanda efetiva em todos os campi;
- ▶ Ampliação do quadro permanente de funcionários técnico-administrativos e de docentes, via concurso público, atendendo às demandas definidas pelas unidades de ensino e demais órgãos institucionais, garantindo-se a reposição imediata nos casos de exoneração ou falecimento;
- ▶ Implantação do vale refeição;
- ▶ Garantia e calendário da mudança de regime, visando ao regime jurídico único (Esunicamp);
- ▶ Carreira dos funcionários (regulamenta-

mento a essa realidade e aprovar a pauta de reivindicações específicas da campanha salarial deste ano, o STU ressalta a importância do debate nas unidades e da presença massiva da categoria na assembleia da próxima segunda-feira.

Comissão da diretoria do STU

- ção do horário para estudantes; reconhecimento da escolaridade formal e valorização da experiência; desvinculação da reserva de recurso; pisos salariais; mobilidade funcional);
- ▶ Incorporação de todos os valores pagos a título de “benefícios” aos proventos dos aposentados, e extensão de todo reajuste linear na carreira e na isonomia;
- ▶ Isonomia com a Unicamp para todos os trabalhadores da Funcamp, fim das demissões sumárias na Funcamp e do contrato de gestão;
- ▶ Redução do valor do fretado com vistas à gratuidade, e melhoria dos serviços e da mobilidade no transporte público e no serviço de circular interno;
- ▶ Cotas raciais e inclusão;
- ▶ Fim da Portaria GR-02 (contingenciamento das contratações);
- ▶ Condições de Trabalho – exigir cumprimento do acordo assinado perante o MPT so-

se reúne hoje para ajustar a pauta e analisar novos itens que já foram apresentados das discussões na base para serem discutidos na assembleia.

Confira abaixo as propostas em debate para a atualização da pauta específica (da discussão de 2015) e participe da assembleia.

- bre assédio moral;
- ▶ Democratização do uso da internet para todos os setores;
- ▶ Reajuste dos auxílios ‘alimentação’, ‘criança’ e ‘especial’;
- ▶ Reajuste dos salários dos estagiários, congelados desde 2008;
- ▶ Fim da terceirização e incorporação dos trabalhadores terceirizados;
- ▶ Que a licença nojo (por falecimento de familiar) concedida aos contratados pelo regime CLE seja estendida nos mesmos moldes aos funcionários contratados pelo regime CLT;
- ▶ Publicizar os salários dos trabalhadores da Unicamp nos mesmos moldes em que foram publicados os dos trabalhadores da USP (Lei da Transparência);
- ▶ Reajuste imediato dos benefícios concedidos quando houver reajustes nos salários;
- ▶ Discutir a pauta específica da DEDIC, já protocolada em 2014.

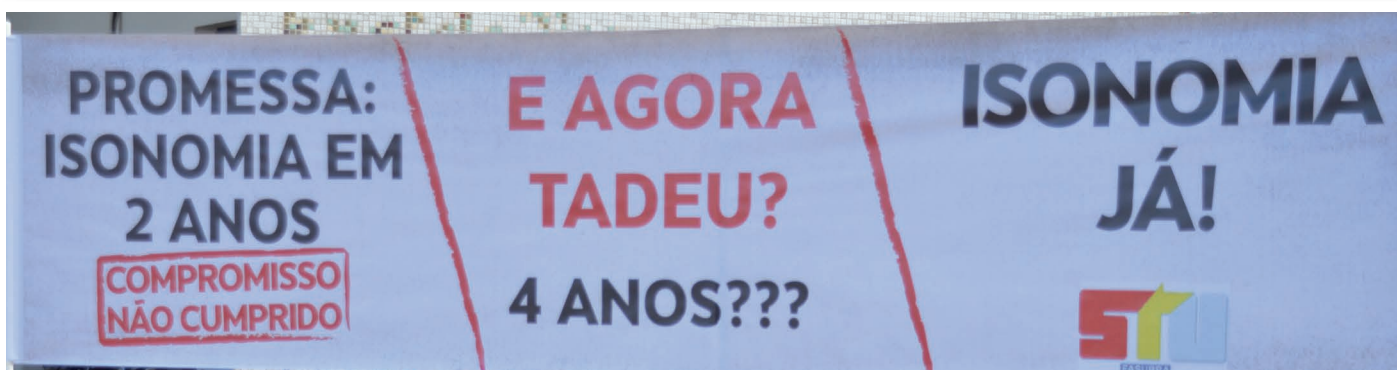


Foto: Leon Cunha